



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

## Parecer sobre a Petição N° 179/XIV/2.<sup>a</sup>

### “Por um investimento urgente em Ciência em Portugal”

em apreciação na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência, Juventude e Desporto

As preocupações dos signatários da Petição, sendo comuns a uma larga maioria dos membros da comunidade académica e científica nacional, são também, naturalmente, partilhadas pela FENPROF. Como temos vindo a denunciar junto dos órgãos de governo, e em particular do MCTES, e da opinião pública o investimento público em ciência é claramente insuficiente e tem vindo a decair. A título de exemplo refira-se que a despesa *per capita* de investigador ETI (Equivalente a Tempo Integral), para o sector não-empresarial, em Portugal, de acordo com os números oficiais disponíveis mais recentes, é próximo de 46 mil euros por ano, enquanto a média na UE a 27, é de 126 mil euros. Ora, para atingirmos esse valor seria necessário aumentar a despesa em cerca de 2500 milhões de euros, ou seja, quase triplicar o seu montante (<https://ec.europa.eu/eurostat/web/science-technology-innovation/overview>). Por outro lado, quando se considera como indicador o valor da despesa em I&D em percentagem do PIB, mesmo tendo em consideração, que em Portugal o produto interno bruto *per capita* é dos mais baixos da UE a 27, a situação de crónico subfinanciamento não se altera. O objetivo do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) nacional - aumento da despesa em investigação e desenvolvimento de, pelo menos 2% do PIB, até 2025 – é muito curto, pouco ambicioso e não permitirá alavancar a investigação nacional e dotar o sistema científico de um quadro de financiamento estável e equiparável ao europeu.

O subfinanciamento não é, porém, a única questão vivida pela investigação. A questão é mais profunda e reside nas políticas de gestão, sistémicas, em nosso entender, erradas, que há décadas vêm sendo prosseguidas, ignorando outros caminhos e soluções que reúnem largo consenso no seio da comunidade científica e académica. O sistema que está montado há quase trinta anos, para o financiamento das atividades de I&DE, assenta quase exclusivamente na candidatura a concursos de projetos europeus, logo sem uma visão estratégica de longo prazo ou uma agenda nacional.

De realçar ainda a elevada precariedade do emprego dos investigadores e também dos docentes do ensino superior que, nem o PREVPAP, nem tão pouco o DL 57/2016, vulgo emprego científico, vieram atenuar. Situação esta que se agrava nas Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (IPSFL), criadas como "barrigas de aluguer" pelas Instituições do Ensino Superior público, a funcionarem nas suas instalações, a publicarem e registarem patentes em nome dessas instituições públicas, sujeitos aos horários e hierarquias dessas instituições públicas, e cuja criação visou apenas a contratação de um exército de investigadores e bolseiros a termo sem acesso a uma carreira no seio do sector público, logo precários e sem direitos laborais.

A FCT, para muitos entidade opaca, burocrática, distante da comunidade científica e propensa à tomada de decisões arbitrarias, carece de uma profunda reforma a par do sistema

de financiamento da investigação que passaria por um sistema dual com uma componente de financiamento de projetos específicos (base competitiva) e uma componente de financiamento estrutural (de funcionamento) permitindo às instituições autonomia de decisão na escolha do seu projeto estratégico.

Os “peticionários” exigem o reforço de meios financeiros para os CEEC-Concursos de Estímulo ao Emprego Científico e Concursos de Projetos de IC&DT em todos os domínios científicos (Parágrafos finais n.ºs 1 e 2) o que é, naturalmente, correto. Contudo, em nosso entender, ao não apontarem metas ou proposta de alteração das políticas que lhes subjazem, corre-se o risco de que, no essencial, tudo fique na mesma e esta Petição não produza os efeitos desejados.

Na Petição, propõem igualmente uma alteração (quantificada) das quotas de aprovação para financiamento de contratos e projetos. Ora, num contexto de subfinanciamento crónico da investigação, mais do que fixar quotas (sempre algo aleatórias) importa a crítica às políticas públicas, que estão na raiz dos problemas vividos pela comunidade científica e exigir a sua alteração pela dignificação e valorização da investigação e da carreira de investigador.

No último ponto considerado (Parágrafo 3.º) é reivindicada a definição de “uma estratégia para a ciência”, ou seja, segundo o nosso entendimento, desenhar finalmente uma política científica nacional que tenha em consideração as necessidades e recursos próprios do país num quadro da indispensável cooperação e intercâmbio de pessoas e conhecimentos com o resto do mundo, mas também o combate à contratação de investigadores para suprir a falta e o envelhecimento dos docentes no Ensino Superior. A eliminação da extrema precariedade dos investigadores e o subfinanciamento do sistema de investigação científica nacional são dois dos pilares essenciais da nova política científica nacional.

Lisboa, 15 de março de 2021

O Departamento de Ensino Superior e Investigação da FENPROF

O Secretariado Nacional da FENPROF